

CAPÍTULO III

O HOMEM, A CASA E O AMBIENTE URBANO

3.1 - A qualidade do ambiente urbano e da habitação

A preocupação com o ambiente urbano tem sido uma constante ao longo da história e um reflexo dos vários problemas que se desencadearam nas cidades, em consequência da concentração da população, da implantação das actividades económicas e da expansão do espaço construído.

O ambiente urbano, é o ambiente mais próximo da maioria da população do globo, cada vez mais concentrada nas grandes cidades e suas áreas metropolitanas, tendência cada vez mais crescente no futuro. Ele é constituído pelo espaço construído, com os seus edifícios, os seus símbolos, as suas actividades económicas, os seus desperdícios, os seus ruídos, os seus *stress*, os seus poluentes, os seus espaços verdes e os seus espaços de circulação. Mas o ambiente urbano é também feito de espaços interiores, onde a população passa mais de 80% do seu tempo, muitas vezes sem as adequadas condições de higiene e conforto. Neste encontro entre o espaço visível e o invisível, estão os edifícios, elementos privilegiados do fazer e desfazer do ambiente. Os edifícios são fazedores do ambiente na sua vertente urbanística e de relação com o espaço envolvente, mas são também criadores do ambiente, porque são os maiores consumidores de energia, sendo esta, reconhecidamente, uma das grandes causas de degradação ambiental.

Os edifícios e as actividades que neles se desenvolvem são uma das principais causas da poluição e, como tal, carecem de ser interpretados por uma política de ambiente que vise conhecer e explicar as causas e não ataque apenas as consequências. Devem ser vistos, não apenas enquanto elementos da paisagem, mas como utilizadores de materiais e recursos ambientais naturais (paisagem, energia, água, solos) e causa de disfunções ambientais (lixos, poluição da água e do ar, etc).

A energia e outros recursos - como a água - que se consomem nos edifícios destinam-se às cozinhas, à higiene, à iluminação, às comunicações e ao conforto térmico (aquecimento, arrefecimento, ventilação). A difusão cada vez mais crescente de aparelhos de ar condicionado, tem feito aumentar, drasticamente, o consumo energético dos edifícios, particularmente, dos novos modelos arquitectónicos (os edifícios fechados), destinados a escritórios e espaços comerciais, ainda que actualmente, já

existam formas de consumo energético mais económicas (como os painéis solares ou a utilização da energia eólica), mas que continuam a ser muito pouco utilizadas.

A evolução do conceito de ambiente urbano, surge inicialmente associado aos aspectos sanitários, sendo a saúde humana a preocupação fundamental, tendo progressivamente evoluído incorporando preocupações ligadas à ecologia, à poluição, à estrutura urbana verde, aspectos estéticos e da paisagem urbana.

Assim, em termos de ecologia urbana salienta-se o papel do espaço urbano enquanto ecossistema, reconhecendo-se a importância da sua vegetação, espécies faunísticas, do solo natural, clima e planos de água. No que toca à poluição, identifica-se quatro áreas fundamentais - o ar, a água, o ruído e os resíduos - associados ao tráfego e às emissões de poluentes provenientes dos edifícios habitacionais e restantes actividades económicas, destacando-se, particularmente, a indústria. Do ponto de vista estético inclui-se tudo aquilo que produza efeitos visuais negativos - áreas degradadas/abandonadas, depósitos de lixo e entulho, cursos de água poluídos, má implantação de edifícios, desarticulação destes com o restante espaço construído.

Estas diferentes perspectivas, reflectem uma tendência para a sectorização do conceito de ambiente urbano. No entanto, actualmente, "a definição de ambiente urbano implica uma abordagem em termos sistémicos, tendo como base o sistema urbano, os elementos do sistema e as relações que entre eles se estabelecem...Assim sendo, o conceito mais holístico de ambiente urbano considera a existência de um fenómeno urbanístico com diversas implicações ao nível dos sistemas físico, social e económico, incluindo [não só os factores acima referidos] como o consumo energético, aspectos micro climáticos, a disponibilidade e o custo habitacional, a luminosidade e o conforto acústico e térmico do interior dos edifícios, a acessibilidade a equipamentos e serviços, a oferta de infra-estruturas, de transportes, os aspectos recreativos e de lazer, os aspectos de segurança pública e de criminalidade "¹.

Assim sendo, a definição de qualidade do ambiente urbano deverá incluir um conjunto de componentes, como os equipamentos existentes, os espaços verdes (flora e fauna urbana), as condições habitacionais, as infra-estruturas, o microclima urbano, a ocupação do espaço urbano, a paisagem urbana (a sua estrutura edificada e patrimonial), a qualidade do ar, os resíduos, os riscos naturais e sociais, o ruído e os transportes urbanos. O conceito de qualidade do ambiente urbano é, ainda, perspectivado segundo duas vertentes fundamentais: uma ligada aos aspectos de bem-estar ambiental (saúde e segurança públicas e de conforto humano) e outra aos limiares de utilização dos recursos ambientais (do espaço físico, ecológico, social, económico, político e institucional),

¹ PARTIDÁRIO, Maria Rosário - *Ambiente Urbano - a necessidade de identificação e controlo dos seus parâmetros de qualidade*. Sociedade e Território. Porto: Afrontamento, nº 18 (Jun. 1993), p. 64.

procurando o balanço destas várias componentes consideradas como fundamentais numa perspectiva integrada e sustentada².

Atendendo a esta definição saliente-se o papel da qualidade da habitação, perspectivando-se esta, não só, em termos da sua qualidade construtiva e de conforto interior, mas também, em termos das condições de conforto e qualidade da sua vizinhança próxima e alargada, salientando-se, particularmente, os aspectos ligados ao espaço público, onde também se habita e que são fundamentais para a satisfação residencial e para a qualidade de vida das populações urbanas (arruamentos, - para circulação automóvel e para os peões - espaços verdes, de lazer, desportivos, equipamentos e serviços, transportes, estacionamento, entre outros).

A melhoria da qualidade do ambiente urbano deverá, então, procurar identificar as áreas problema e medir periodicamente, quantitativamente e qualitativamente, a gravidade da situação, por forma a desencadear as intervenções necessárias, numa atitude preventiva e de combate a possíveis consequências nefastas, que ponham em causa o futuro das próximas gerações³.

O ruído já era um problema na Roma antiga. O trânsito bloqueava as ruas das principais capitais europeias no século XVIII. No século XIX a poluição causada pela indústria e utilização do carvão para aquecimento, a insalubridade das casas, sem arejamento adequado, sem instalações sanitárias, particularmente das habitações destinadas ao operariado, bem como a inexistência de redes de abastecimento de água e esgotos, ou até mesmo a não pavimentação das ruas, eram alguns dos problemas que afectavam a qualidade de vida urbana e que se reflectiam nas altas taxas de mortalidade e na proliferação de várias doenças infecto-contagiosas (como a sífilis, a varíola, a difteria, a febre tifóide e a tuberculose), que constituíam algumas das principais causas de morte dos centros urbanos.

É em finais do século XIX que começam a ser tomadas algumas medidas através quer de regulamentações diversas, quer ainda do planeamento urbanístico, com vista a resolver alguns destes problemas, nomeadamente, o abastecimento de água e

² Idem, ib, p. 64.

³ Ver a este propósito, os indicadores de qualidade do meio ambiente definidos pela OCDE (1978), referidos por ESTÉBANEZ, José - *Los Espacios Urbanos*. In PUYOL; Rafael; ESTÉBANEZ, José; MENDEZ, Ricardo - *Geografia Humana*. Madrid: Ed. Catedra SA, 1988, p. 481- 482, ou ainda, os trabalhos desenvolvidos nos Estados-Unidos e Grã Bretanhã, sobre qualidade de vida nas cidades: SAVAGEAU, D.; LOFTUS, G. - *Places Rated Almanac. Your guide to finding the best places to live in North America*. New York: Macmillan, 1997 e FINDLAY, A.; MORRIS, A.; ROGERSON, R. - *Where to live in Britain in 1988: Quality of Live in British Cities. Cities*. Vol. 5, n° 3 (1988), p. 268-276; além, do recente trabalho de MENDES, José, para o caso português, *Onde Viver em Portugal - Uma Análise da Qualidade de Vida nas Capitais de Distrito*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros - Região Centro, 1999.

saneamento⁴, a abertura de ruas (para melhorar a circulação), a criação de espaços verdes, a criação de áreas industriais, a regulamentação quanto à construção de edifícios⁵ e até mesmo a criação de novos modelos de cidade, como a cidade jardim e as cidades novas, como exemplos mais emblemáticos. Estes melhoramentos vão-se reflectir, progressivamente, numa maior esperança de vida, na descida da taxa de mortalidade e na melhoria das condições habitacionais e de saúde da população.

No nosso século muitos problemas se mantêm e outros surgem. Os sistemas de esgotos melhoraram o saneamento urbano, mas vão poluir os rios e o oceano; a poluição atmosférica⁶, causada pelo trânsito automóvel e por certas indústrias, aumenta substancialmente; dão-se alterações climáticas significativas ao nível das cidades⁷, o que os climatologistas têm designado por "ilha de calor urbano"⁸; o aumento do ruído, o

⁴ Refira-se, por exemplo, que o Plano de Melhoramentos do Porto de 1881, previa a implantação de uma rede de abastecimento domiciliário de água na cidade e em 1899 a Câmara do Porto, na sequência da epidemia de peste bubónica, toma medidas para a reforma do sistema de esgotos da cidade. Em 20 de Novembro de 1903, são adjudicadas à firma britânica Hughes & Lancaster as obras de saneamento básico, tendo sido iniciadas em Abril de 1904.

⁵ Preocupações, sobretudo, higienistas.

⁶ O aumento da poluição atmosférica, particularmente do Ozono na camada baixa da atmosfera (em consequência do aumento do calor que age sobre os gases emitidos pelos tubos de escape) produz efeitos graves na saúde das populações e levou alguns países, como a Alemanha, a proibir a circulação automóvel de veículos que não dispõem de catalizadores, durante os meses de Verão de 1998, nos centros das cidades onde os níveis deste gás atingiram valores máximos (360 microgramas por m³ de ar).

⁷ O clima das cidades é modificado pelas características físicas do espaço construído e pelo calor criado pelo consumo artificial de energia. Estas modificações manifestam-se, essencialmente, no aumento da temperatura (fenómeno, aliás, também sentido ao nível planetário), no desaparecimento das estações de transição (Primavera e Outono) e alterações da humidade do ar. Refira-se que uma das causas principais destas alterações climáticas, se prende com o aumento dos poluentes, fazendo aumentar as temperaturas médias (o chamado efeito de estufa). O ano de 1998, como foi divulgado pelo Vice Presidente Norte Americano Al Gore numa Conferência de Imprensa, em 10 Agosto de 1998, apresentou as maiores temperaturas médias mensais dos últimos 120 anos, o que vem confirmar a tendência para o aquecimento global do Planeta, facto que vem sendo detectado há já alguns anos. Devido ao efeito de estufa, provocado pelo aumento do dióxido de carbono e outros gases na atmosfera, em 1997 na Conferência Mundial de Quioto, 160 países assinaram um protocolo, que prevê que os países industrializados reduzam, entre 2008 e 2012, as emissões de gases com efeito de estufa para um valor médio 5,2% inferior aos níveis de 1990.

⁸ Existem já vários trabalhos desenvolvidos sobre esta questão para várias cidades mundiais, destacamos, particularmente, os trabalhos de ALCOFORADO, Maria João - *O Clima da Região de Lisboa - Contrastos e Ritmos térmicos*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos da Univ. de

congestionamento do tráfego, o aumento dos resíduos sólidos, são alguns dos problemas que afectam as nossas cidades, provocando estragos diversos alguns mais visíveis no espaço construído, enquanto outros, embora menos perceptíveis, constituem um risco acrescido para a saúde humana, contribuindo para o desenvolvimento de certas patologias, como a asma, as alergias respiratórias e cutâneas, o cancro ou ainda as doenças do foro psíquico, como o *stress*.

O monóxido de carbono proveniente dos escapes dos automóveis, está na origem de doenças do sistema respiratório e pode impedir a absorção de oxigénio pela hemoglobina e causar acidente vascular cerebral nos indivíduos idosos. Os hidrocarbonetos, resultantes da combustão incompleta, reagem com outros poluentes na presença da luz solar, resultando daí produtos que provocam irritação nos olhos e doenças do sistema respiratório. Os metais pesados, como, por exemplo, o chumbo, o mercúrio e o zinco, são importantes poluentes e muito nocivos para a saúde, pois acumulam-se rapidamente no ar, no solo, na água, ou nas plantas, entrando assim na cadeia alimentar e acabando por ser ingeridos pelo homem⁹. Aliás, os efeitos provocados pelo aumento destes tipos de poluentes, na sua maioria relacionados com o aumento do tráfego, é facilmente comprovado pelo progressivo escurecimento e degradação das fachadas dos edifícios¹⁰ e dos passeios junto das vias de circulação com maior congestionamento de tráfego.

A poluição e condições climáticas dos ambientes interiores, destacando-se para o nosso caso de análise o interior das habitações, é uma fonte importante de problemas de saúde, cujo impacto só muito recentemente começa a ser compreendido e avaliado como um dos indicadores da qualidade habitacional¹¹. Na verdade, ainda pouco se sabe sobre os efeitos do "microclima habitacional", na saúde das pessoas (má ventilação, as temperaturas extremas e humidades), contudo, " as diferenças bruscas de temperatura

Lisboa, 1993 e de MONTEIRO, Ana - *O Clima Urbano do Porto - contribuição para a definição das estratégias de planeamento e ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1997, este último, ajudou-nos a compreender algumas das implicações das alterações climáticas da cidade do Porto na qualidade ambiental e de vida deste aglomerado urbano.

⁹ Refira-se que "actualmente, os níveis de chumbo presentes nos alimentos, na água, no ar, nos animais e nas plantas é cerca de 100 a 1000 vezes superior ao que existiria *naturalmente* " MONTEIRO, Ana, op, cit. p. 355 (ver ainda a análise desenvolvida por esta autora para o caso do chumbo e outros metais pesados, p. 352-381).

¹⁰ Degradação provocada por reacções químicas complexas sobre os materiais utilizados na construção, desencadeadas pelos poluentes e facilitadas pela presença da água.

¹¹ Ver a este propósito GADOLA, Luca Beltrami - *Poluição dos ambientes fechados ou poluição in-door*, in Livro Verde do Ambiente Urbano - Ambiente Urbano Contribuições de Peritos, C.C.E., 1991. p. 59-66.

entre as salas aquecidas e as passagens frias e os quartos podem ser um factor possível do desenvolvimento de bronquites crónicas"¹². As tintas com chumbo utilizadas na pintura das casas têm estado na origem de vários casos de envenenamento de crianças. O amianto, utilizado no isolamento de edifícios ou presente em certos tipos de pavimentos¹³, está na origem de graves doenças pulmonares e de uma forma rara e incurável de cancro, sendo actualmente discutido quais os riscos inerentes à sua retirada ou permanência nos edifícios onde foi aplicado.

Outros materiais de construção contêm substâncias perigosas como o formaldeído, fibras minerais, mercúrio e o radão, cujos efeitos tóxicos têm sido agravados pela tendência para isolamento cada vez mais perfeito dos edifícios.

Entre as componentes do ar há certos tipos de elementos que, porque não fazem parte da composição *standard* do ar, ou porque excedem os seus limites de concentração, são considerados poluentes. Cite-se, como exemplo, os níveis de concentração de dióxido de carbono ou de ozono, que excedendo certos limites podem ser nocivas à saúde. Noutros casos, apesar das concentrações não excederem os referidos limites, pode ocorrer que a sua simples presença isolada ou combinada, induza efeitos de desconforto ou mal-estar (odores, irritação das vias respiratórias ou da pele, entre outros).

Em termos espaciais é legítimo falar-se de poluição ambiental a diferentes escalas: a do edifício, cidade ou região e à escala global (do planeta).

Duas das áreas em que a poluição do ar tem sido particularmente estudada são a do ar exterior e a do ar em ambientes industriais. Apesar dos conhecimentos científicos terem progredido muito, não se pode afirmar que a esse nível os problemas estejam totalmente resolvidos, mas muito já se avançou, tendo já o tecido social e político, se consciencializado quanto ao problema da poluição atmosférica, tomando ou incentivando algumas medidas com vista a resolvê-los¹⁴.

¹² DOUGLAS, Ian - *The Urban Environment*. London: Edward Arnold, 1983, p.166.

¹³ Veja-se os casos tão falados do Edifício da Comunidade Europeia em Bruxelas ou mais perto de nós o caso da Faculdade de Economia do Porto, onde este material foi utilizado nas placas que o pavimentam e que se encontram actualmente degradadas, prevendo-se já a sua substituição.

¹⁴ Saliente-se, por exemplo, medidas relativas à utilização de gasolina sem chumbo, as inspecções periódicas aos veículos, a instalação de postos de controle para medir a qualidade do ar, a redução ou mesmo proibição do trânsito automobilístico em certas áreas, a promoção da utilização de veículos movidos por energias alternativas, a criação de corredores verdes urbanos, a certificação de qualidade de certos materiais construtivos e regulamentações quanto à sua utilização, a utilização nos edifícios de energias alternativas, como por exemplo, os painéis solares e a energia eólica, o apoio à produção de produtos reciclados, a recolha de lixos selectiva, a criação de Estações de Tratamento de efluentes domésticos e industriais, a criação de programas de educação ambiental, entre outras.

Quanto ao ambiente atmosférico do interior dos edifícios, este tem sido menos considerado, enquanto problema ambiental, sendo, por vezes, abordado como mero problema de saúde, sendo a maioria das vezes visto como um problema de conforto ligado a estratégias de ventilação.

No entanto, hoje em dia, a má qualidade do ar interior é apontada como uma causa importante de algumas doenças, nomeadamente de alergias respiratórias e cutâneas, que contribuem para o aumento do desconforto nos locais de trabalho, residência ou até mesmo de lazer, pondo em causa a própria rentabilidade do trabalho e estando na origem do aumento do absentismo de inúmeros trabalhadores¹⁵.

As principais causas dessa poluição interior atribui-se actualmente, não só, aos seus ocupantes (caso do consumo do tabaco em ambientes fechados), mas também, cada vez mais, aos materiais utilizados na construção, principalmente ao nível dos revestimentos, móveis e outros adereços¹⁶, bem como aos sistemas de ventilação e de ar condicionado, apesar dos progressos técnicos que estes têm vindo a sofrer no sentido de minorar os seus efeitos nocivos no ambiente interior¹⁷.

A poluição do ar interior nas habitações constitui um verdadeiro problema de saúde ambiental, tendo a sua origem, muitas vezes, na má ventilação das cozinhas e nos sistemas de aquecimento utilizados. Outros poluentes do ambiente interior doméstico que podem originar infecções do foro pulmonar e respiratório são, por exemplo, a existência de animais de estimação; o fumo do tabaco; os gases emanados de certos materiais de construção, como os já referidos formaldeído, radão; os solventes orgânicos

¹⁵ São já numerosos os trabalhos desenvolvidos neste campo, salientando-se, entre outros, HARRISSON, G. A. ;GIBSON, J. B. (ed) - *Man in urban environments*. Oxford: Oxford University Press, 1976; ROWLAND, A. J.; COOPER, P. - *Environment and Health*.. London: Edward Arnold, 1983; VICENZO CALÒ - *A Saúde e a Cidade*, in Livro Verde do Ambiente Urbano - Ambiente Urbano Contribuições de Peritos, C.E.E. , 1991, p.67-75; BURRIDGE, R. ; ORMANDY, D. - *Unhealthy housing: research, remedies and reform*. London: E&F.N. Spon, 1993; INEICHEN, B. - *Homes and helth: how housing and health interact*. London: E&F.N. Spon, 1993.

¹⁶ Em Portugal existem já alguns estudos feitos sobre os efeitos da utilização de certos materiais empregues no revestimento dos edifícios, nos móveis e outros adereços, sobre a saúde, nomeadamente, os desenvolvidos pelo Prof. Eduardo Oliveira Fernandes e outros docentes do Departamento de Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia do Porto.

¹⁷ Refira-se, por exemplo, que uma auditoria recente realizada em 11 países envolvendo 56 edifícios de escritório com mais de 100 empregados, pôs em evidência a má qualidade do ar considerando que os materiais e os sistemas de ventilação e de ar condicionado são as principais causas da contaminação do ar interior (Citado em FERNANDES, Eduardo Oliveira - *Ambiente interior: questão de saúde ou de ambiente*. In Actas da 5ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente, Vol. 3, Abril de 1996, p. 2095).

das tintas e vernizes ou a cera para os móveis e para os soalhos; os ácaros acumulados nas alcatifas, tapetes e papéis de parede e utilização do ar condicionado.

Numa altura em que se assiste progressivamente, até por uma questão de moda, a uma utilização cada vez maior do uso do ar condicionado, não só nos edifícios para escritórios, como também no comércio, nos automóveis e até nas habitações, é importante salientar que "o uso indiscriminado e não adequado desse processo de tratamento do ar interior, longe de ser a panaceia para os problemas da higiene e do conforto interiores, são uma fonte de contaminação, das mais importantes... há muitas medidas que podem ser tomadas ao nível do projecto dos edifícios e da escolha dos seus materiais que permitem atingir condições de qualidade do ambiente interior sem recorrer ao uso dos equipamentos de ar condicionado"¹⁸.

A gravidade dos efeitos na saúde, devido à má qualidade do ar interior e exterior, são cada vez mais comuns. Os estudos epidemiológicos têm-no comprovado, relacionando o aumento das doenças do foro respiratório¹⁹, com as concentrações de certos poluentes no ar que respiramos, quer no interior dos edifícios, quer nos espaços exteriores por onde circulamos. Foram já identificados uns conjuntos de sintomas, para além de certos tipos de cancro, que fazem parte do apelidado *Síndrome dos Edifícios Doentes*, existindo também um conjunto de outras doenças que escapam a este diagnóstico (quadro 12).

Outro tipo de patologia que tem sido, frequentemente, associada ao *Síndrome dos Edifícios Doentes* é a *Multiple Chemical Sensitivity* (Síndrome de Alergia Múltipla), doença já diagnosticada nos Estados Unidos, mas que em Portugal ainda não se conhecem casos, com graves consequências na qualidade de vida dos doentes, uma vez que estes, têm de permanecer em ambientes perfeitamente herméticos e esterilizados.

Estas questões referidas fazem aumentar o número dos alojamentos deficientes, ou seja, aqueles que seria necessário substituir ou melhorar, para se proporcionar uma melhoria da qualidade de vida às famílias a residir nestas condições.

¹⁸ FERNANDES, Eduardo Oliveira - *Ambiente interior: questão de saúde ou de ambiente*. In Actas da 5ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente, Vol. 3, Abril de 1996, p. 2095-2096.

¹⁹ Afectando, não só, a população activa, mas cada vez mais, as crianças e os idosos, constituindo mesmo uma das principais causas de morte (ver a este propósito a análise desenvolvida para os casos de asma e bronquite, por Ana Monteiro, op. cit, p. 390-399).

Quadro 12 - Sintomas associados ao *Síndrome dos Edifícios Doentes* e outros não directamente a ele associados

<p><u>Sintomas normalmente associados ao <i>Síndrome dos Edifícios Doentes</i></u> (não ocorrem necessariamente isolados)</p> <ul style="list-style-type: none">. Nariz entupido. Irritação nasal. Olhos secos ou húmidos, ardência. Garganta seca. Pele seca, dermatites. Dificuldades em respirar. Dor de cabeça e cansaço excessivo. Eczema e sinusite <p>- <u>Doenças relacionadas com os edifícios mas não integradas no <i>Síndrome dos Edifícios Doentes</i></u></p> <p>Alergias - asma; rinites; hipersensibilidade pulmonar; dificuldades respiratórias; febre</p> <p>Infecções - bacterial (<i>Legionella pneumophila</i>), fugal (<i>Aspergillus</i>) e viral</p>

Fonte: Adaptado de FERNANDES, Eduardo de Oliveira - *Ambiente Interior: Questão de Saúde ou de Ambiente*. Aveiro: Actas da 5ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente. Vol. 3, (Abr. 1996), p. 2097.

Atendendo aos prejuízos causados na saúde pela má qualidade do ar (interior e exterior) parece urgente tomar-se medidas que possam minorar ou até mesmo erradicar esses efeitos, melhorando a qualidade das habitações, de outros espaços fechados e dos espaços abertos, onde passamos a maioria do nosso tempo²⁰. Essas medidas devem ter em atenção, particularmente, o projecto e o processo construtivo, atendendo aos vários factores que possam contribuir para a sua qualificação, salientando-se, sobretudo, um maior aproveitamento energético para evitar a utilização excessiva de sistemas de aquecimento/arrefecimento, procurando uma melhor implantação e orientação dos edifícios, por forma a melhorar as condições de insolação e de sombreamento; uma escolha criteriosa dos materiais utilizados no isolamento térmico, acústico, humidades e nos acabamentos; ter em conta as condições físicas dos terrenos (evitando-se solos com má drenagem, instáveis ou situados em áreas de risco natural) criando, ainda, as condições necessárias para uma adequada e periódica manutenção dos edifícios, de forma a evitar posteriores desqualificações²¹. Há ainda que considerar outras medidas

²⁰ Ver a este propósito algumas medidas propostas no capítulo II do Livro Verde sobre Ambiente Urbano, C.E.E, 1990.

²¹ Veja-se, a este propósito, TIRONE, Livia - *A Arquitectura e o Ambiente*. In Actas da 4ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente, Lisboa, Vol. I, Abril de 1994, p. c36-c45, ou ainda, vários estudos publicados pelo LNEC, relativos à qualidade da construção e da habitação, particularmente, COELHO, António Baptista - *Análise e avaliação da Qualidade Arquitectónica*

que contribuam para a redução dos poluentes exteriores, nomeadamente, as que incidem sobre a gestão do trânsito automóvel e transportes públicos, bem como, para reduzir/ou tratar as emissões poluentes provenientes, sobretudo, da indústria.

A nível psicológico, o ruído representa também um grande risco para a saúde dos habitantes citadinos, particularmente porque contribui para aumentar o *stress* e diminuir as capacidades auditivas, podendo mesmo causar surdez. Aliás, muitos dos novos edifícios habitacionais procuram minorar os efeitos do ruído utilizando materiais que proporcionam um maior isolamento das paredes e janelas com a utilização dos vidros ou janelas duplas. A plantação de árvores ao longo das ruas, ou ainda, a criação dos chamados *corredores verdes* têm sido algumas das estratégias utilizadas para minorar os efeitos da poluição atmosférica urbana, como também para reduzir o ruído.

Outros aspectos a realçar prendem-se com a qualidade estética/visual da cidade. Somos confrontados muitas vezes com agressões visuais que resultam da fraca qualidade do mobiliário urbano, do desenquadramento e má qualidade arquitectónica de muitos edifícios, com cores e materiais agressivos, como por exemplo, as superfícies espelhadas que reflectem a luz solar, ferindo a vista, irradiando calor (desperdiçando, por um lado, a energia necessária à climatização dos edifícios e, por outro, consumindo mais energia, com a instalação de sistemas artificiais de aquecimento/arrefecimento). Os estilos dos edifícios discordantes entre si ou desfasados dos locais (veja-se o caso de algumas novas construções nos centros históricos ou mesmo na periferia), o desrespeito pelo direito à luz solar e à vista, a mono funcionalidade de certas áreas, a uniformização dos modelos construtivos, a falta de espaços públicos, verdes e para estacionamento automóvel, contribuem, também, para a degradação da qualidade estética/visual do espaço urbano.

Note-se no entanto, que a apreciação destes valores varia não só com a moda, mas também com os gostos de cada geração, sendo particularmente importante o papel dos projectistas na difusão de novos modelos, muitas vezes "copiados" de modelos internacionais, nem sempre articulados com a malha construída e funcional em que se inserem, aspectos que têm preocupado cada vez mais os arquitectos²².

Os bairros de barracas, os bairros de realojamento provisórios e os edifícios degradados ameaçando ruína, existentes sobretudo nas grandes metrópoles, são um sinal evidente das carências existentes ao nível da qualidade da habitação, com consequências directas na qualidade de vida das populações, patente em fenómenos como o aumento da

Residencial. Porto. LNEC/FAUP, 1994. Tese de doutoramento polic.; COELHO, António Baptista et al - *1ª Análise retrospectiva do Parque Financiado pelo INH nos anos de 1985/87*. Lisboa: LNEC, Nota Técnica nº 1/95 -Na, Relatório 195/95 - NA, Relatório 345/ 95-NA, 1995.

²² Veja-se, por exemplo, a análise desenvolvida pela Associação Nacional dos Arquitectos Portugueses no *Livro Branco da Arquitectura e do Ambiente Urbano em Portugal*, 1996.

pobreza urbana²³, da segmentação etária do espaço, da criminalidade, vandalismo, da toxicodependência, do alcoolismo, da delinquência juvenil e do reaparecimento de casos de tuberculose e outras tipos de patologias associadas às más condições habitacionais (falta de arejamento, fraco isolamento térmico, fraca luminosidade, humidade, etc.) como o raquitismo, o reumatismo, a asma e a bronquite, entre outras. Quando comparamos os níveis de degradação e insalubridade existentes nestes bairros, com os padrões médios existentes nos meios urbanos, fica-se com a ideia de que se trata de autênticas "ilhas de miséria urbana", que em nada abonam a imagem de qualidade que se pretende para as cidades.

As novas periferias, predominantemente habitacionais, construídas por iniciativa pública ou privada, constituem também outro problema do ambiente construído das nossas cidades. São, geralmente, mal servidas de transportes públicos, com modelos habitacionais uniformes e desinseridos do espaço construído próximo, com falta de equipamentos, infra-estruturas, espaços ao ar livre (jardins, parques infantis e desportivos) e outras actividades, particularmente comerciais. Estes factores que têm contribuído para o agravamento da segregação social e espacial destas áreas, são extremamente penalizadores da qualidade de vida e manifestam-se por uma insatisfação crescente das populações quer com a casa, quer com o ambiente dos bairros. Acrescente-se, ainda, o caso das áreas habitacionais construídas em áreas de risco, como os leitos de cheia dos rios, as dunas primárias ou as vertentes instáveis, que constituem outro dos muitos problemas que afectam a qualidade do ambiente urbano e particularmente da habitação.

A construção clandestina realizada por iniciativa das famílias é também um dos problemas a considerar, tendo surgido nos anos 60-70 como resposta à incapacidade do mercado formal em assegurar as necessidades de habitação de um largo segmento da população recém-urbanizada e pouco solvente. Esta forma de crescimento urbano gerou graves problemas, principalmente nas periferias das nossas áreas metropolitanas, como o sub-equipamento e a falta de infra-estruturas, criando áreas de fraca qualidade urbanística, nas quais é necessário intervir para proporcionar à população que nelas vive a qualidade de vida a que têm direito.

²³ A pobreza urbana é uma realidade muito complexa e multifacetada, contudo, " o mero facto de se habitar, involuntariamente, em áreas onde não existem infra-estruturas urbanas mínimas e em habitações rudimentares desprovidas dos padrões de conforto aceitável é, só por si, uma condição de pobreza", SILVA, Manuela et al - *Pobreza Urbana em Portugal*. Lisboa: Centro de Reflexão Cristã - Departamento de Pesquisa Social, Col. Cáritas Portuguesa, nº 13, 1989, p. 14.

Por esta sucinta enumeração²⁴ podemos ver que são muitos e variados os problemas que se colocam à qualidade do ambiente urbano e, particularmente, da habitação, salientando-se que a qualidade habitacional não depende, unicamente, da qualidade do alojamento em si, já que não podemos esquecer, também, os aspectos que se prendem com os espaços envolventes.

Refira-se ainda que, as preocupações pela qualidade do ambiente urbano, tradicionalmente associado à qualidade do espaço edificado num sentido arquitectónico ou urbanístico do termo e à qualidade visual da paisagem, em que se privilegiava essencialmente a sua regulamentação, tem vindo a ser reequacionado, a partir dos anos 80. Este reequacionamento, tem por objectivo preservar e controlar os efeitos nefastos sobre a qualidade de vida dos fenómenos de poluição, degradação ambiental e social, associados ao modelo de crescimento económico neoliberal e à crescente expansão urbana, sobretudo através do debate e reflexão sobre o conceito de "desenvolvimento sustentável"²⁵.

A qualidade do ambiente urbano ganhou, nos últimos anos, marcados por uma recessão económica (particularmente, da indústria), um estatuto de importante factor de competitividade económica para as cidades, sendo fundamental para a captação de novos investimentos²⁶ e recursos humanos. É pois, uma questão estratégica nas políticas urbanas e de planeamento²⁷.

A compreensão dos problemas que afectam a qualidade do ambiente urbano têm constituído um dos principais tópicos de debate, quer a nível mundial, quer a nível europeu, quer até mesmo ao nível nacional e local, uma vez que a cidade aparece como

²⁴ Muitos dos problemas focados têm merecido uma ampla discussão, quer ao nível científico, quer político, tendo já sido implementadas algumas medidas quer ao nível mundial, particularmente através das Nações Unidas (veja-se a Conferência sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972; o relatório Brundland, 1987, que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a célebre Agenda Local 21), quer comunitárias (Programas sobre o Ambiente e o Livro Verde do Ambiente Urbano, entre outros).

²⁵ Refira-se que o V Programa de Ambiente da Comunidade tem por título "Em direcção a um desenvolvimento sustentável". Teremos oportunidade de desenvolver esta questão num ponto autónomo mais adiante.

²⁶ Veja-se a rivalidade existente entre as cidades europeias e outras para captar certos acontecimentos como "Capital da Cultura", a realização de Cimeiras, Congressos, de Exposições Internacionais ou, ainda, projectos inovadores como Parques Tecnológicos, projectos industriais internacionais, etc.

²⁷ Ver, a este propósito, algumas estratégias que têm sido utilizadas nas cidades francesas referidas em CHALINE, Claude - *Les Politiques de la Ville*. Paris: Presses Universitaires de France, col. Que sais-je?, 1997.

referência central do debate sobre as perspectivas de desenvolvimento social e económico para o próximo século.

Perante os problemas referenciados, que contrariam, pelo menos aparentemente, o cenário de qualidade de vida desejado pela maioria dos cidadãos, como explicar que cada vez mais pessoas se sintam atraídas pelas cidades?

As cidades possuem predicados que ao longo dos tempos mostraram ser, incomparavelmente, mais vantajosas do que qualquer outra forma de organização espacial das actividades e pessoas. À medida que avançamos para o séc. XXI, as grandes cidades continuarão a ser os principais centros de actividade económica, de inovação/difusão da informação, de cultura, de oferta de emprego, de equipamentos desportivos e de lazer, de acessibilidades, de heterogeneidade social e cultural, factores estes que, sem dúvida, continuam a ser preponderantes nas escolhas locativas da maioria dos cidadãos²⁸. Apesar dos efeitos nefastos da poluição urbana, do ruído, das deficientes condições habitacionais, da insegurança, da competitividade crescente, da escassez de espaços verdes e de lazer/per capita, do aumento das distâncias-tempo, do aumento do desemprego, da polarização social, do congestionamento do tráfego, da falta de tempo para estar com a família e para o lazer e recreio, a maioria dos cidadãos continuam a eleger as cidades como local para viver.

Parece-nos claro que existe uma conflituosidade entre o conceito teórico/científico de qualidade de vida urbana e o da maioria dos cidadãos dos mais variados estratos socioeconómicos sendo, portanto, o conceito de qualidade muito relativo.

Na verdade, o conceito de qualidade e particularmente a qualidade habitacional, é complexo, porque não é absoluto, nem estático, varia de país para país, com os diferentes grupos sociais e com o tempo. A existência de más condições habitacionais não pode ser considerada, apenas, como um problema arquitectónico ou técnico, é, fundamentalmente, um problema económico, social e político.

Embora, do ponto de vista científico e ético, não restem dúvidas sobre a inevitabilidade de alterar alguns comportamentos e atitudes dos agentes socioeconómicos nos espaços urbanos, sob pena de se continuarem a agravar os problemas ambientais pondo em causa o futuro das próximas gerações, perguntámo-nos como fazê-lo? Isto é, que medidas deverão ser implementadas sem que, do ponto de

²⁸ Veja-se a este propósito, entre outros, DOGAN, Mattei; KASARDA, John (ed) - *The Metropolis Era*. Beverly Hills: Sage Publications, C.A, 1987, 2 vols; BORGA, Jordi; CASTELLS, Manuell; QUINTANA, Ignacio (eds) - *Las Grandes Ciudades en La Década de los Noventa*. Madrid: Editorial Sistema, 1990; RENNES, Jean - Marc (coord.) - *La Ville*. Paris: Le Courier du CNRS, nº 81, s/d; ASCHER, François - *Métropolis ou l'avenir des villes*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995; PRECEDO LEDO, Andrés - *Ciudad y desarrollo urbano*. Madrid: Ed. Sintesis, 1996; LÓPEZ LUCIO, Ramón - *Ciudad y Urbanismo a finales del sec. XX*. Univ. de València: Servei de Publicacions, 1993.

vista prático, as mesmas colidam directamente com as atitudes consumistas dos cidadãos, com símbolos, hábitos e conquistas de uma qualidade de vida que os cidadãos já não prescindem ou dificilmente prescindirão²⁹.

A qualidade de vida para cada cidadão é fruto de um conjunto de sinais provenientes da comunidade e da cultura vigente, que vão sendo interiorizados e assimilados pelos indivíduos. Numa sociedade global, como a que vivemos actualmente, esta assimilação é bastante rápida. É claro que a personalidade individual é predominante, em muitos casos, mas a influência dos padrões de comportamento, o estilo de vida ou a classe económico-social em que se inserem os cidadãos não lhes são totalmente imunes.

A consciencialização crescente por parte dos cidadãos dos problemas ambientais³⁰, aos quais não somos imunes apesar dos grandes avanços técnicos conquistados³¹, tem

²⁹ São vários e diversificados os exemplos que podemos enumerar, como o de prescindir do uso do automóvel em certos dias da semana, ou em certas áreas da cidade, cortando a liberdade das pessoas de se movimentarem como querem; diminuir o uso de materiais que não sejam amigos do ambiente, os quais são ainda relativamente caros e, portanto, inacessíveis a certos estratos populacionais; a delimitação de áreas *non edificanti*, para permitir a criação de espaços verdes e recreio, ou de fruição panorâmica, que diminui a área útil para a construção aumentando o preço dos solos, quando muitos não têm, ainda, direito a uma habitação condigna; ou ainda, a diminuição do consumo de energia ou de água, facto que implica alterações de comportamento, hábitos ou de uso de equipamentos que estão de tal maneira enraizados no nosso dia-a-dia e que dificilmente poderão ser alterados; a implementação de sistemas de recolha de lixos selectiva, que implica uma alteração dos hábitos e forte sensibilização das populações nem sempre abertas a mudanças; a instalação de aterros sanitários ou de centrais de tratamento de lixos, geralmente vizinhos pouco desejáveis (veja-se, em Portugal, a acesa discussão a propósito da escolha das cimenteiras que irão realizar a co-incineração de resíduos tóxicos).

³⁰ Esta emergência da consciência ambiental deve-se, em grande parte, à ocorrência de uma série de catástrofes ambientais e à acção dos grupos ambientalistas, aos "mass média", à publicidade e ao próprio discurso político. Muitas das actuações da população que reflectem a emergência de uma "consciência verde", têm tido um espírito "nimby" ("not in my back yard") (YEARLEY, S. - *A Causa Verde*. Oeiras: Celta Editora, 1992), atitude típica da classe média Americana, que se tem difundido por vários países europeus, inclusive em Portugal, veja-se, por exemplo, a luta dos caulinos em Barqueiros, as lutas contra a co-incineração ou contra os aterros sanitários.

³¹ Apesar da visão antropocêntrica do Mundo, que nos foi legada pela tradição judaico-cristã, de reconhecer a superioridade do Homem perante a natureza, o próprio Magistério da Igreja chama a atenção para a dependência ecológica das sociedades humanas em relação ao ambiente, ao salientar que "o mandamento divino de dominar a natureza não é imposto com fins destrutivos, mas sim para serviço da Vida" (JOÃO XXIII - *Mater et Magistra*, nº 197, 1961); "De um momento para o outro, o Homem toma consciência [que] por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de a

vindo a gerar uma ênfase da ética e da moral, ou se quisermos de uma "nova ética"³², em que a "Civilização do Ter" se transforma na "Civilização do Ser"³³, sendo fundamental a (re)educação para a cidadania. Nesta (re)educação está incluída a educação ambiental como uma das exigências educacionais mais importantes do mundo actual e fundamental para se conseguir alcançar um desenvolvimento sustentável. Esta (re)educação para a cidadania, pressupõe um conjunto de princípios e valores básicos: liberdade, responsabilidade, solidariedade e dignidade³⁴.

Parece, pois, claro que aquilo que podemos designar como uma "cidade habitável"³⁵, será aquela cujo centro de interesse deverá ser a qualidade de vida das pessoas, das famílias e suas manifestações diversas, que se reflectem no bem-estar

destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação...criando um quadro global que poderá tornar-se-lhe insuportável" (PAULO VI - *Octogesima Adveniens*, nº 21, 1971); "o Homem parece por vezes não se dar conta de outras dimensões do seu ambiente natural, além daquelas que servem para os fins de uso ou consumo imediatos, quando, ao contrário, era vontade do Criador que o Homem comunicasse com a natureza como "senhor" e "guarda" inteligente e nobre, e não como "explorador" e "destruidor", sem respeito algum" (JOÃO PAULO II - *Redemptor Hominis*, nº 15, 1979).

³² " [Usar os recursos naturais] como se fossem inexauríveis, com absoluto domínio, põe em perigo seriamente a sua disponibilidade, não só para a geração presente, mas, sobretudo, para as gerações futuras... torna-se evidente, que o desenvolvimento e a vontade de planificação que o orienta, assim como o uso dos recursos e a maneira de os utilizar, não podem ser separados do respeito das exigências morais... O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de "usar e abusar"...nas relações com a natureza, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas" (JOÃO PAULO II - *Sollicitudo Rei Socialis*. Lisboa: Ed. Paulistas, 1988).

³³ " "Ter" objectos e bens não aperfeiçoa, de per si, o sujeito humano, se não contribuir para a maturação e para o enriquecimento do seu "Ser", isto é, para a realização da vocação humana como tal...o mal não consiste no "ter" enquanto tal, mas o facto de se possuir sem respeitar a qualidade e a ordenada hierarquia dos bens que se possuem. Qualidade e hierarquia que promanam da subordinação dos bens e das suas disponibilidades ao "ser" do homem e à sua verdadeira vocação" (JOÃO PAULO II - *Sollicitudo Rei Socialis*. Lisboa: Ed. Paulistas, 1988).

³⁴ Ver a este propósito a síntese apresentada por DIAS, Maria Armada Bairrão - *Mobilidade espacial e sustentabilidade urbana*. Lisboa: F.L.U.L., 1998. Tese de Mestrado , p. 22-35.

³⁵ Termo utilizado por PRECEDO LEDO, Andrés - *Ciudad y desarrollo urbano*. Madrid: Ed. Sintesis, 1996, p. 21.

social, no direito ao trabalho, no acesso à cultura e na redução das desigualdades, cujos objectivos tendenciais serão os seguintes³⁶:

- satisfazer as necessidades básicas das famílias: emprego, habitação, saúde, educação e lazer e promover a sua qualidade, particularmente ao nível dos projectos (da habitação, do comércio, dos serviços culturais, de saúde, escolares e de lazer);

- manter um ambiente físico de qualidade, incluindo um ambiente limpo e saudável (um meio ambiente não contaminado: água, ar, solo e resíduos), portanto, um ambiente em que a gestão equilibrada dos recursos seja uma das prioridades em termos de planeamento;

- protecção e valorização das áreas naturais dentro das cidades;

- reduzir a amplitude dos movimentos pessoais diários, favorecendo a mobilidade geográfica, a utilização mista do espaço e recuperando as ruas, as praças, os jardins, os parques, como espaços sociais de relação, procurando melhorar a circulação dos peões (alargamento de passeios, ruas para peões, diminuição dos obstáculos à sua circulação);

- diminuir progressivamente a utilização do transporte individual por transportes públicos mais eficientes e melhorar a qualidade das redes físicas (vias rápidas, aeroportos, telecomunicações, transportes urbanos, etc.) e a gestão dos transportes (controle do congestionamento, da poluição e ruído, do estacionamento);

- nos centros das cidades, os novos projectos arquitectónicos conjuntamente com a recuperação/reabilitação do património histórico e cultural existente, devem ocupar um lugar fundamental nas políticas urbanas, que insira o presente no passado, sem considerá-los como aspectos antagónicos;

- promover uma economia diversificada, dinâmica e inovadora, que combine os modelos de desenvolvimento pré-existente com novos modelos de economia social e participativa, baseados na dinamização das iniciativas individuais ou de grupos;

- facilitar o acesso das pessoas a experiências culturais e tecnológicas variadas, fortalecendo o sentido colectivo do património histórico e cultural da cidade;

- acabar com a exclusão/segregação social e espacial, (particularmente flagrante ao nível do acesso e qualidade da habitação e equipamentos) de forma a construir uma comunidade solidária, menos polarizada e mais participativa na gestão dos projectos colectivos - maior cidadania, respeito pelos direitos de cada cidadão e direito a um ambiente saudável;

- promover a recuperação de áreas degradadas, quer habitacionais, quer antigas áreas industriais, quer outros tipos de áreas abandonadas;

³⁶ Ver, nomeadamente, as recomendações do Colóquio Internacional - "Les Villes Européennes: Stratégies et Projets Urbains". Conseil de l'Europe, Strasbourg, 1991 e o *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*. Comissão das Comunidades Europeias, 1990.

- promover uma maior ocupação multifuncional do espaço, particularmente através da articulação entre actividades complementares, caso da habitação, comércio, serviços e indústrias não poluentes;

- promover o combate ao desemprego e a reciclagem profissional;

- melhorar a segurança.

É evidente que muitos destes objectivos implicam alterações económicas e sociais, a longo prazo, constituindo um importante desafio, que consiga conciliar a protecção do ambiente urbano com o crescimento económico e o emprego, de forma a se atingir uma cidade sustentável.

3.1.1 - Dimensões da qualidade da habitação

"Algumas das nossas cidades já estão muito doentes e até já nos expulsaram de muitos dos seus bairros. Uma das vias para inverter esta tendência é apostar na clara apropriação dos espaços de arquitectura residencial, recuperando a força do "meu bairro", da "minha rua" e da "minha casa" 37

O conceito de qualidade da habitação³⁸ engloba não só, a sua qualidade construtiva e de conforto interior (do alojamento em si e do edifício), mas também, as condições de conforto e qualidade da sua vizinhança próxima e alargada, ou seja, do espaço público, espaço marcado pela vivência colectiva.

Ao abordar-se a qualidade da habitação está implícito o conceito de habitar, o qual "[se]realiza pela satisfação de um conjunto de necessidades humanas, individuais e

³⁷ COELHO, António Baptista - *Apropriação e satisfação residencial*. Sociedade e Território, nº25/26 (Fev. 1998), p. 141.

³⁸ Refira-se que as preocupações pela qualidade habitacional têm sido veiculadas não só pela arquitectura e pela engenharia civil (realçando particularmente os aspectos inerentes às características construtivas, materiais utilizados, processo construtivo, estética, de conforto e arranjo interior e exterior do fogo e dos edifícios, assim como do seu espaço envolvente), como também pelas ciências sociais, particularmente pela sociologia (realçando as dimensões de uso, apropriação e satisfação residencial dos moradores). As primeiras abordagens à qualidade habitacional apresentavam um carácter muito confinado às abordagens próprias de cada uma destas disciplinas, mas a tendência actual é cada vez mais para uma abordagem multidisciplinar. Saliente-se, por exemplo, no caso português, os estudos efectuados pelo LNEC, desde os anos 60 (sobretudo pela arquitectura e orientados pelo Arq. Nuno Portas) e a partir dos anos 80, os estudos surgem com um carácter mais interdisciplinar (com contributo da Arquitectura, Engenharia e Ciências Sociais - Sociologia, Antropologia e Psicologia). Estes últimos trabalhos foram desenvolvidos a pedido do Instituto Nacional de Habitação, facto que demonstra o interesse deste organismo pela avaliação da qualidade habitacional dos empreendimentos por ele financiados, com vista a implementar novas medidas que garantam ou melhorem a satisfação habitacional.

colectivas...[que se manifestam] em torno de dois níveis sociogeográficos ...onde o habitar tem expressão mais significativa: *o alojamento* (habitação, residência, fogo, casa) e *a vizinhança* (ambiente envolvente do alojamento com significado físico, social e funcional relativamente ao alojamento)³⁹.

Habitar é um conceito que permite realçar a própria dimensão existencial do homem, incluindo as dimensões locacional (habitar num espaço, num lugar), simbólica, temporal ou histórica (os hábitos conservados e repetidos). A este propósito, Claire Marcus refere que "para a maioria de nós, ...a existência de uma habitação permanente, onde nos possamos enraizar é tanto uma componente necessária de segurança física, como uma expressão psicológica muito significativa de quem nós somos"⁴⁰.

No que toca ao alojamento, o habitar afirma-se pela satisfação das necessidades de: abrigo; segurança; privacidade; compensação de insatisfações geradas pelo trabalho ou pelo meio ambiente; inserção cosmogénica (inserção natural, o retorno a si, de comunicação com o universo); relação dialéctica "sujeito-objecto" (habitação como objecto de uso funcional, de valor social e simbólico); realização de um ideal; territorialidade (individual e da família); afirmação e apropriação (não só da casa, mas dos próprios objectos nela existentes, espaço de desenvolvimento, de socialização e de definição da individualidade pessoal); inserção social das suas próprias relações sociais e familiares; interioridade e desempenho de actividades (as tarefas quotidianas domésticas)⁴¹.

Ao nível da vizinhança o habitar é conseguido através das interacções entre meio físico e social, que inclui: segurança física e psicológica (conhecimento do espaço e laços de solidariedade comunitária ou de vizinhança); relações comunitárias; a afirmação e apropriação do ambiente (participar na vida colectiva e na gestão do espaço alargado); sentimentos de territorialidade (relações interpessoais e sociais, na vizinhança); contactos formativos com a natureza (aspecto muito importante para a formação das crianças); completar a noção de interioridade (em que o ambiente envolvente é entendido como um prolongamento do alojamento e não como algo estranho); a mobilidade geográfica e social e o desempenho das actividades quotidianas (trabalho,

³⁹ CABRITA, António M. Reis - *O Homem e a Casa - definição individual e social da qualidade da habitação*. Lisboa: LNEC, 1995, p. 12.

⁴⁰ MARCUS, Claire Cooper - *Self-identity and Home*. In TAYLOR, Lisa (ed) - *Housing: Symbol, Structure, Site*. New York: Pub. Cooper-Hewitt Museum the Smithsonian Institution's National Museum of Design, 1990, citado in COELHO, António B. - *Apropriação e satisfação residencial*. Sociedade e Território, nº25/26 (Fev. 1998), p. 140.

⁴¹ Para uma análise mais pormenorizada destas várias necessidades ver CABRITA, Reis op. cit., cap.2.

aquisição de serviços e bens necessários à vida social e complementares da vida individual e familiar)⁴².

Atendendo a este quadro podemos afirmar que a satisfação da qualidade residencial se verifica "na melhor adequação entre as necessidades e aspirações manifestadas na procura individual e social da qualidade habitacional e a oferta que os meios técnicos e institucionais da sociedade são capazes de oferecer, definida esta qualidade em qualidade específica, variedade, durabilidade e preço compensador"⁴³.

Portanto, a qualidade habitacional surge do confronto entre a procura e a oferta de qualidade, tendo ambas, essencialmente, quatro dimensões: conservadora, inovadora, evolutiva e dinâmica.

A procura gera-se, geralmente, a partir de uma casa menos satisfatória (por limitação de espaço para a família que cresceu, degradação, localização, alteração da vizinhança, por melhoria da capacidade financeira, novas exigências em termos de equipamentos, etc.). A oferta também promove novas procuras para poder sobreviver e, através dos modelos produzidos (que vão evoluindo, através da introdução de muitas inovações e cada vez maior qualidade dos materiais, dos equipamentos, internos e externos, etc.) acabam por constituir parâmetros para novas necessidades expressas pela procura, que esta acaba por exigir ao mercado. Um importante factor de criação destas novas necessidades é, sem dúvida, a publicidade e a moda, que veiculam novas imagens e novos modelos, que as famílias passam a valorizar e a interiorizar como aqueles que lhes proporcionarão uma melhor qualidade de vida e uma maior felicidade.

Ao nível nacional, como referimos anteriormente, ainda existem graves carências quantitativas, as quais, no entanto, deverão a médio prazo estar resolvidas⁴⁴. Contudo, ainda subsistem algumas insuficiências em termos qualitativos, que se manifestam na ocupação desordenada do solo; nas arquitecturas agressivas; volumetrias exageradas; más implantações; cores e materiais agressivos; na falta de conforto e insalubridade de alguns alojamentos; na falta de infra-estruturas; de equipamentos e espaços exteriores habitáveis e na qualidade da construção de edifícios, sobretudo no que toca aos materiais utilizados.

Saliente-se ainda, a questão dos bairros sociais para realojamento, construídos nos anos 60-70, cujos modelos construtivos, apesar de uma substancial melhoria das condições habitacionais que proporcionaram às famílias provenientes de bairros de barracas, não oferecem uma efectiva qualidade residencial. Esta má qualidade deve-se quer ao modelo construtivo (os blocos e torres - grande densificação e homogeneidade social), quer à desqualificação do espaço envolvente, aliado ao aumento dos fenómenos

⁴² Para uma análise mais pormenorizada ver CABRITA, Reis *idem ib*, cap. 2.

⁴³ CABRITA, Reis - *O Homem e a Casa - definição individual e social da qualidade ...*, p. 3.

⁴⁴ Até ao ano 2003, segundo o previsto com a implementação do PER.

de exclusão social (desemprego e emprego precário, pensões sociais baixas) e de tráfico e consumo de droga, que dificultam o desenvolvimento das relações de vizinhança e de convivialidade. Desta forma, aumentam os sentimentos de insegurança e o estigma social, que leva os moradores a uma insatisfação crescente com o bairro, problemas estes que também têm de ser considerados numa política de requalificação habitacional, que exige a participação concertada de todos - Estado, Autarquias e os diferentes parceiros locais (moradores, associações de moradores, recreativas, instituições de solidariedade social e empresas)⁴⁵.

As preocupações com a qualidade da habitação têm evoluído ao longo dos tempos, acompanhando as evoluções técnicas e a própria evolução económica, social e cultural da sociedade. Se no século passado muitas das casas não possuíam instalações sanitárias, hoje é completamente inconcebível construir-se uma casa nessas condições. As exigências funcionais foram-se alterando conforme as alterações dos modos de vida, havendo já normas técnicas legais que têm de ser cumpridas relativamente aos projectos habitacionais (desde as relativas ao arranjo interno e funcional das habitações, à implantação dos edifícios, sua salubridade, segurança contra incêndios, acesso a deficientes, às condições térmicas e às instalações de gás, entre outras)⁴⁶.

Estas normas técnicas, ou seja, os níveis mínimos de qualidade constituem os padrões básicos a partir dos quais a qualidade da habitação deve ser avaliada e aperfeiçoada, atendendo à forma como os moradores avaliam e percebem essa qualidade, ou seja, o conjunto de atributos e parâmetros (de natureza objectiva e subjectiva) que permitem medir a atractividade de uma habitação, a integração de um bairro na malha urbana e a satisfação dos utilizadores⁴⁷.

⁴⁵ Em Portugal tem-se insistido muito nesta questão, sobretudo os sociólogos e os arquitectos, apontando-se as experiências realizadas em outros países europeus, que mais cedo sofreram estes problemas, como possíveis de ser aplicadas nos nossos bairros, de forma, não só a requalificá-los, mas também como os novos bairros devem ser projectados para não se tornarem em novos problemas. Ver a este propósito GUERRA, Isabel - *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*. Sociedade e Território. Porto: Afrontamento, nº 20 (Abr. 1994), p.11-16; FERREIRA, António Fonseca - *Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER*. Sociedade e Território, nº 20 (Abr. 1994), p.8-10; COELHO, António Baptista - *É preciso integrar a "habitação social" na continuidade urbana*. Sociedade e Território, nº 20 (Abr. 1994), p. 71-78.

⁴⁶ Veja-se, nomeadamente, o RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas de 1951 e posteriores alterações) e as Recomendações Técnicas para Habitação Social (Despacho nº 41/MES/85 de 14 de Fev. de 1985, Portaria 580/83, de 17 de Maio e D.L. nº 237/85 de 5 de Julho, posteriormente alterado pelo D.L. nº 73/96 de 18 de Junho).

⁴⁷ Ver a este propósito os trabalhos desenvolvidos pelo LNEC para o Instituto Nacional da Habitação - *Análise retrospectiva do Parque financiado pelo INH nos anos de 1985/97*. LNEC, 1995.

Refira-se ainda que as preocupações pela qualidade habitacional, têm suscitado o interesse, não só, dos organismos públicos preocupados com os problemas existentes nos bairros sociais por eles promovidos, mas também, cada vez mais, dos próprios organismos privados, responsáveis pela oferta habitacional. Estes, pretendem conhecer as alterações demográficas, familiares e socioculturais que induzem novas necessidades e aspirações, de forma a poderem oferecer um produto mais adequado a essas necessidades e expectativas dos diferentes grupos sociais.

Esta preocupação com a qualidade manifesta-se já num conjunto de preocupações, medidas⁴⁸ e novas estratégias utilizadas pelo sector da construção, particularmente numa cada vez maior especialização e qualificação técnico-profissional de cada um dos intervenientes no longo processo imobiliário. Saliente-se, sobretudo, três aspectos que são cada vez mais valorizados nos produtos imobiliários - a estética, a funcionalidade e o aproveitamento energético, adequados aos novos estilos de vida e ao desejo de conforto e bem-estar.

No entendimento da qualidade habitacional, há que ter também presente a matriz sociocultural, os estilos de vida e as características demográficas dos moradores, uma vez que as exigências qualitativas são diferentes, conforme estes parâmetros, podendo-se identificar diversos modelos de habitar⁴⁹.

⁴⁸ Refira-se que, actualmente, existem já um conjunto de normas quer nacionais, quer da própria União Europeia, relativas à qualidade da construção, dos materiais, regulamentação energética e do ambiente físico do interior dos edifícios. O Instituto Português de Qualidade atribui certificados de qualidade não só, às empresas produtoras de materiais para a construção, como também às próprias empresas ligadas à promoção e construção, facto que constitui uma garantia para o consumidor da qualidade do produto final. Refira-se que em Portugal, a primeira empresa de construção que recebeu a certificação de qualidade foi a EDIFER, em 1997, existindo neste momento 9 empresas deste sector já certificadas.

⁴⁹ Refira-se a este propósito que à vários anos que os sociólogos têm vindo a realizar estudos sobre o arranjo dos espaços domésticos como factor revelador da identidade social dos seus ocupantes, nomeadamente, análises sobre o tipo de mobiliário e decoração interior como indicador do grupo social dos ocupantes. Ver, as sínteses de alguns destes estudos em ARIAS, G. - *The Meaning and Use of Housing*, Averbury: Ashgate Publishing Lmt, 1993, particularmente, a parte II - *The Meaning and Use of Home: Its Interior*, onde são igualmente apresentadas alguns estudos comparativos realizados em vários países europeus (França, Suécia e Itália).

Maria Vittoria Giuliani⁵⁰, por exemplo, através de uma análise das práticas decorativas, no uso do espaço doméstico e no grau de envolvimento afectivo na sua decoração, identificou três modelos habitacionais:

- o modelo burguês tradicional - onde existe uma separação clara entre espaços privados (para uso da família) e espaços públicos (reservado às visitas), portanto, uma clara mono funcionalidade dos espaços, a qual é acentuada por elementos decorativos também eles distintos (mais personalizados no espaço privado e mais estereotipados no espaço de receber)

- o modelo popular - caracterizado por restrições de espaço devido ao menor poder económico das famílias, apresenta também uma tendência para a separação entre espaço privado e público, mas a sua mono funcionalidade é menor, uma vez que a redução de espaços impõe que o espaço reservado às visitas seja também utilizado para as necessidades quotidianas da família.

- o modelo moderno - caracteriza-se pela rejeição da dicotomia espaço público-privado, com espaços amplos e multifuncionais, pela ausência de espaços de transição (halls e corredores) e por uma decoração personalizada de todos os espaços, facto que, é uma marca da individualidade das classes de maiores recursos.

Estes modelos podem servir de padrões de referência, sobretudo em estudos sobre mudanças de modelos em sociedades, onde a melhoria do estatuto socioeconómico das famílias se traduz no desenvolvimento destes mesmos modelos ou em situações em que a construção destes modelos é fomentada por estratégias de promoção da qualidade habitacional⁵¹.

Atendendo a estes aspectos e tendo em conta que a qualidade da habitação é um factor fundamental de bem estar, satisfação e felicidade, que se manifesta na forma como nos apropriamos do espaço, desde "a apropriação colectiva do espaço público, a apropriação comum do espaço numa pequena unidade de vizinhança e a apropriação privada do fogo por uma pessoa ou agregado vivendo em comum". Estes três aspectos embora distintos da apropriação residencial, são contudo, " interdependentes, podendo um deles dar compensação à frustração e à desapropriação em sectores de um dos outros tipos"⁵². Deste modo, destacam-se como atributos mínimos da qualidade interior dos

⁵⁰ GIULIANI, M. V. - *Naming the rooms - Implications of Change in the home model. Environment and Behaviour*, Vol. 19, nº2 (Março 1987), referido em FREITAS, Maria João - *Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento. Sociedade e Território*, nº25/26 (Fev. 1998), p.154.

⁵¹ Veja-se, por exemplo, o caso dos condomínios fechados, como expressão máxima do individualismo e até mesmo de segregação das classes de maior poder económico, autênticos "Ghettos" de luxo.

⁵² CHOMBART DE LAUWE, Paul- Henry - *Appropriation de l'Espace et Changement Social*. Paris: Ed. Cahiers Internationaux de Sociologie, LXXVI, 1979, citado em COELHO, António Baptista (et

alojamentos, tendo em conta a satisfação e as suas exigências de uso, os seguintes atributos ⁵³:

- espaciosidade - adequação da casa à dimensão da família e à estrutura familiar (que permita a privacidade de cada um dos elementos da família como condição de boa relação interpessoal e social - convivialidade) e instalação do mobiliário⁵⁴;

- segurança e facilidade de circulação - principalmente para as crianças, idosos e deficientes (particularmente das janelas no caso dos andares elevados);

- conforto - térmico, acústico, luminosidade, insolação, vistas;

- salubridade - instalações sanitárias, ventilação, abastecimento de água, energia e saneamento;

- funcionalidade - de cada compartimento conforme as necessidades biológicas e de funcionamento da vida quotidiana (higiene, descanso, ócio, convívio, estudo, trabalho - importância crescente do trabalho no domicílio que exige um novo espaço onde este se possa exercer em boas condições); existência de espaços no interior e no exterior adequados aos diferentes tipos de arrumação;

- durabilidade - dos materiais utilizados e manutenção da casa (a utilização de acabamentos e materiais de construção menos qualificados, implica uma degradação mais rápida, exigindo reparações precoces, com efeitos em termos do esforço financeiro e insatisfação residencial).

Relativamente à qualidade dos bairros e/ou urbanizações em si, englobando não só os edifícios mas sobretudo o seu espaço envolvente, importa realçar quais os factores de qualidade que permitem uma efectiva satisfação/apropriação do espaço residencial por parte dos moradores:

1 - a vizinhança urbana - a relação com o espaço urbano : acessibilidade ao centro, aos locais de trabalho, ensino, recreio, lazer e aos locais de residência de familiares e amigos (transportes existentes, sua frequência e vias de comunicação);

al.) - *Residencialidade, Vizinhança e Convívio em Conjuntos Cooperativos, uma Análise Pós-Ocupação realizada no LNEC*. Comunicação apresentada no "IV Forum Habitação - Reflexão sobre a Promoção Habitacional Cooperativa, Novas Medidas, Novos Desafios". Matosinhos, 16 de Janeiro de 1998, p.4 .

⁵³ Saliente-se que muitos destes elementos, aqui referidos, estão contidos no Ministério do Planeamento e da Administração do Território e Ministério do Ambiente e Recursos Naturais - *Guia do Comprador de Habitação*. Lisboa: Ed. Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, 1991, assim como em COELHO, A. Baptista - *Análise e avaliação da Qualidade Arquitectónica Residencial*. Porto: LNEC/FAUP, 3 vols, 1994.

⁵⁴ PORTAS, Nuno em *Funções e exigências de áreas da Habitação*. Lisboa: MOP/LNEC Informações Técnicas Edifícios 4, 1969, refere como limiares de habitabilidade os seguintes parâmetros de área útil por habitante: limiar de satisfação maior que 14.0 m²/habitante; limiar crítico, entre os 14.0 m² e 11.0 m²; limiar patológico menor ou igual a 11.0 m².

2 - o bairro e vizinhança próxima - boa acessibilidade, arranjos exteriores e equipamentos : existência de espaços exteriores atraentes e seguros para os diversos escalões etários, que convide e estimule diversos usos em segurança - espaços verdes cuidados e limpos, público ou privado - pequenos quintais e/ou jardins - fundamental para a relação das crianças com a natureza como também para o equilíbrio psicológico do homem. A vegetação fornece ainda cor, textura, movimento e perfume ao espaço residencial, permitindo também a apreensão da alternância das estações do ano; parques infantis seguros e de fácil vigilância a partir do alojamento; mobiliário urbano que proporcione o descanso, o convívio e higiene (bancos, papeleiras, árvores, telefones públicos, recolha de lixo...); arruamentos multifuncionais, que permitam a separação entre uma circulação automóvel segura, a circulação dos peões, o andar de bicicleta; estacionamento automóvel suficiente e seguro; iluminação adequada; existência de creches, infantários e escolas do ensino básico, acessíveis a pé e por circuitos seguros para as crianças; facilidade de circulação no espaço exterior aos deficientes; existência de áreas destinadas à prática de desporto ao ar livre ou em espaços fechados, em localização que não afecte o sossego das habitações; existência de comércio diário e até de outros tipos de actividades compatíveis com a habitação (para se evitar a excessiva monofuncionalidade das áreas residenciais); ambiente exterior não poluído (ruído e poluentes); acesso fácil de transportes prioritários (ambulâncias e bombeiros); materiais utilizados que permitam a drenagem da água e a manutenção periódica; concepção arquitectónica - paisagística que tenha em conta a insolação e o vento (existência de espaços abrigados que propiciem o convívio);

3 - os edifícios - orientação/implantação que permita uma insolação e sombreamentos adequados; espaciosidade das áreas comuns que facilitem não só a circulação mas que fomentem também as relações de vizinhança (átrios e patamares de entrada, corredores e galerias), assim como uma rápida evacuação em caso de incêndio, respeitando ao mesmo tempo, a privacidade e o sossego dos pisos térreos; agradabilidade e reforço da identificação das pessoas com o edifício através da cuidadosa composição da sua imagem pública (cores, iluminação artificial e natural, materiais utilizados no interior e no revestimento exterior diversificados e de grande durabilidade); escala dos edifícios - densidade moderada e adequado afastamento entre os vários edifícios - saliente-se que os edifícios muito próximos prejudicam a privacidade familiar e os muito altos proporcionam menores relações de vizinhança e uma maior insegurança, principalmente para os idosos (maior isolamento, por dificuldades de deslocação) e para as crianças (maior cuidado com as janelas e maior dificuldade na sua vigilância quando estas se encontram a brincar no exterior), podendo mesmo provocar disfunções psicológicas como a "fobia das alturas"; garagens; arrumos; local para reunião dos condóminos; equipamentos contra incêndios e cuidados com a manutenção periódica de todos estes espaços referidos.

Tendo em conta o exposto, podemos concluir que os parâmetros de avaliação da qualidade habitacional têm evoluído ao longo dos anos como resposta às necessidades humanas e da vida quotidiana.

Alguns problemas ao nível da qualidade higienico-sanitária ainda se mantêm, como o dos alojamentos precários, os alojamentos degradados necessitando de obras de recuperação e sem as adequadas instalações sanitárias e infraestruturais, ou ainda, o da sobrelotação (que cria graves problemas ao nível da privacidade e inter relação familiar). No entanto, hoje, os problemas são outros, não só porque algumas destas características mudaram, mas também porque alguns destes problemas vão sendo progressivamente resolvidos.

A qualidade habitacional coloca-se, hoje, a novos níveis sobretudo do foro psico-social, que em parte têm a ver com o alojamento, mas muito mais com as características do espaço envolvente - a qualidade do *habitat* e da vida urbana. O objectivo principal é, não só, melhorar o conforto interno dos alojamentos (com destaque para a qualidade do ambiente interior e o consumo energético), mas, sobretudo, melhorar, projectar e construir os espaços exteriores públicos, para que este deixe de ser apenas um espaço residual da edificação, sem identidade nem estrutura, onde se acumulam lixos, onde nasce uma vegetação espontânea ou o solo permanece nu, coberto de detritos e restos de obra, sem condições para ser, efectivamente, apropriado pelos moradores.

Criar espaços exteriores públicos que proporcionem o seu uso pelos diferentes grupos de habitantes é fundamental para se combater o aumento do individualismo e fomentar a criação de redes sociais, essenciais ao suporte afectivo e social. Importa realçar que os diferentes grupos socioculturais e etários se apropriam do espaço exterior de diferentes modos, intensidade e frequência de uso, criando-se, por vezes, conflitos, que ocorrem com mais intensidade quanto maior a diversidade de utentes potenciais, sobretudo, tratando-se de grandes urbanizações, pelo que, há que criar diferentes ambientes e espaços destinados aos diferentes grupos.

É claro que no caso português, como já salientamos anteriormente, as exigências quantitativas ainda se fazem sentir. Contudo, se recordarmos os casos da habitação social construída nos últimos anos, verificamos que alguns desses processos de realojamento deixaram transparecer, de modo mais ou menos evidente, uma acentuada desadequação entre o modelo construído e as características socioculturais da população aí instalada, criando um mal estar, patente em vários fenómenos sociais, que hoje constituem a "imagem de marca" desses bairros.

Se o alojamento é, sem dúvida, um tema estratégico na qualidade do ambiente urbano, não basta apelar-se a mais alojamento, é óbvio que este é um problema a resolver, mas partindo das experiências do passado e até das dos países europeus onde este problema já praticamente não existe, a aposta a fazer é uma habitação melhor,

reequacionando os custos, os modelos e o próprio processo de construção, salientando-se, particularmente, a questão da requalificação do espaço público, que constitui uma das dimensões imprescindíveis da qualidade do ambiente urbano e do dinamismo sociocultural urbano.

Concluindo, podemos afirmar que "vale a pena pensar no nosso *habitat* como um conjunto integrado de espaços interiores e exteriores"⁵⁵, indispensáveis a uma efectiva satisfação residencial.

3.2 - Qualidade da habitação e sustentabilidade - Utopia ou realidade?

" Quando apenas faltam cinco anos para a mudança do milénio...uma nova utopia urbana se perfila: a "Cidade Sustentável", um conceito que incorpora a dimensão meio-ambiental e o desenvolvimento denso e complexo da urbe e o carácter participativo e solidário, e que faz da diversidade e da mistura a chave da sua existência e principal cenário de identidade" ⁵⁶.

Enquadrar a questão da qualidade da habitação, no desenvolvimento sustentável do espaço urbano-metropolitano é, sem dúvida, um objectivo imprescindível para a melhoria da qualidade de vida urbana. Não consideramos que seja uma utopia, mas sim uma realidade, ou se quisermos um desafio, que implica mudanças de comportamento dos vários agentes socioeconómicos e uma maior responsabilização pelos seus actos, para além de medidas políticas que, concerteza, não serão consensuais

A preocupação com a forma como o nosso padrão de vida, de consumo e produção poderiam ser sustentados a longo prazo, atendendo à limitação dos recursos e às consequências nefastas das acções humanas sobre o ambiente, começaram a ser reequacionados nos anos 60⁵⁷, como um problema social, devido, essencialmente, à ocorrência de uma série de catástrofes. Essas catástrofes contribuíram para pôr em causa o paradigma do crescimento económico, ou seja, começou a reconhecer-se que um desenvolvimento assente num crescimento económico rápido, poderia conduzir à deterioração do ambiente e da própria vida humana.

⁵⁵ KEN KERN - *La Casa Autoconstruida*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili Col. Tecnologia Y Arquitectura, 1982, p.23 referido em COELHO, António Baptista Coelho - *Apropriação e satisfação residencial. Sociedade e Território*, p. 140.

⁵⁶ BURDALO, Soledad - *La ciudad como ámbito sostenible de convivencia - Una Utopía posible*. *Revista MOPTMA*. Madrid, (Jul/Ago 1995), p. 188.

⁵⁷ A consciencialização ambiental surge, fundamentalmente, a partir da Segunda Guerra, com Hiroshima, apesar de na Grã-Bretanha, já no século passado, terem surgido os primeiros organismos governamentais de ambiente, como consequência dos problemas ambientais causados pela industrialização e urbanização (veja-se o movimento das cidades jardins, por exemplo).

Acontecimentos internacionais de âmbito científico e político, reforçaram o crescente interesse pelos problemas ambientais. Como exemplo, citem-se, o caso do Clube de Roma, criado em 1968 e que em 1972 publica o relatório "The Limits to Growth" e o da Conferência de Estocolmo, realizada pelas Nações Unidas em 1972. Ambos chamam a atenção para a necessidade de se travar a degradação ambiental, sendo lançado a UNEP (Programa das Nações Unidas para o Ambiente).

Ao nível Europeu o Tratado de Roma, de 1957, não faz referências explícitas ao ambiente, apenas o seu Art. 2º refere que "A Europa devia caminhar para um desenvolvimento harmonioso" e só em 1973, é adoptado o Iº Programa de Acção das Comunidades Europeias em matéria de ambiente, seguindo-se-lhe o IIº em 1977 e o IIIº e IVº, respectivamente em 1983 e 1987.

Nos anos 80, na sequência de vários acidentes, como os de "Three Mile Island", de "Seveso" e "Minamata", as marés negras causadas pelo derrame de petróleo no mar do Norte, o aquecimento global do planeta, o "buraco do Ozono" e a destruição das florestas tropicais, entre outros problemas ambientais, vêm chamar a atenção para as ameaças globais ao ambiente. Começa-se, então, a questionar o futuro e a lógica de desenvolvimento que, perseguindo supostamente objectivos de bem-estar, através do crescimento económico, provoca rupturas crescentes nos equilíbrios naturais, sendo portanto necessário que o sector político e económico iniciem um movimento de resposta a estas ameaças globais.

Assim, surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que foi introduzido pelo Relatório *Our Common Future*, mais conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987, por uma Comissão criada pelas Nações Unidas. O conceito de desenvolvimento sustentável, pode ser descrito como um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, os investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais são realizadas tendo em conta as necessidades actuais e futuras.

O desenvolvimento sustentável tem não só uma dimensão global, mas também uma importante dimensão regional e local. Aliás é a partir das conclusões do Relatório Brundtland que as Nações Unidas, programa a sua IIª Conferência sobre o Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, onde são definidos alguns objectivos a atingir a nível mundial para um desenvolvimento sustentável do Planeta. A intitulada "Agenda 21", aprovada no Rio, define as principais directrizes a seguir pelos países subscritores no sentido de se alcançar um desenvolvimento sustentável, consagrando também às autoridades regionais e locais, um importante papel no sucesso das políticas definidas, convidando-as à elaboração de Planos de Acção Local.

O Vº Programa de Acção Ambiental da União Europeia (1993)⁵⁸ assim como o próprio Tratado de Maastricht (1992)⁵⁹ e a Conferência de Amesterdão (1997) incorporaram o crescimento sustentável como um dos objectivos fundamentais a cumprir nos próximos anos, ao mesmo nível do progresso económico e social da União.

Com o objectivo de concretizar alguns dos desígnios propostos pelo Vº Programa de Acção Ambiental, a Comissão Europeia lança em 1994 a iniciativa comunitária URBAN, cuja primeira fase termina em 2000 e que por solicitação do Parlamento Europeu vai ter lugar uma nova iniciativa URBAN até 2006.

Quanto à sustentabilidade urbana, a CEE em 1990, publicou o *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, onde são diagnosticados os vários problemas ambientais que afectam as cidades europeias e onde é definida uma estratégia comunitária do ambiente urbano e as linhas prioritárias de acção (quadro 13), destacando-se um conjunto importante com efeitos directos na qualidade da habitação, ou se quisermos, uma habitação que contribua para uma cidade sustentável.

Na sequência deste Livro Verde, foi criado em 1991, o Grupo de peritos em Ambiente Urbano da UE, para o qual o desenvolvimento sustentável implica ter em conta vários princípios:

- princípio que permite empreender uma precaução acção sem esperar pela confirmação científica de todos os indícios que apontam para a existência de um perigo para o ambiente. Princípio que representa um alargamento do conceito de preservação;
- gestão da procura: reduzir ou reorientar determinadas procuras, em vez de a satisfazer ou encontrar um ponto de equilíbrio entre procuras contraditórias;
- eficiência ambiental: princípio que se pretende obter o benefício económico máximo por cada unidade de recurso utilizada e por cada unidade de resíduo produzida;
- elegância: princípio que defende a resolução dos problemas por meios simples e económicos;
- eficiência e bem-estar: trata-se de obter o maior benefício humano de cada unidade da actividade económica;
- equidade: princípio que defende uma distribuição equitativa da riqueza"⁶⁰.

A cidade sustentável será aquela em que "*its people and businesses continuously endeavour to improve their natural, built and cultural environments at neighbourhood*

⁵⁸ Este programa válido para o período de 1993 a 2000, é intitulado "Em direcção a um desenvolvimento sustentável", tendo como finalidade a mudança das directivas de crescimento da Comunidade para as adequar a um novo modelo de desenvolvimento.

⁵⁹ Ver, nomeadamente, os artigos 2, 3 e 130 R2.

⁶⁰ Referidos em DIAS, Maria Armanda Bairrão - *Mobilidade espacial e sustentabilidade urbana*, 1998, p. 11.

and regional levels, whilst working in ways which always support the goal of the global sustainable development"⁶¹.

Ainda ligada à questão da sustentabilidade urbana a Comissão Europeia criou, como referimos anteriormente, um "Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano", o qual lançou, em 1993, o projecto "Cidades Sustentáveis", de forma, não só, a incentivar uma reflexão ao nível das áreas urbanas, como também proporcionar uma troca de experiências, dar a conhecer estratégias utilizadas em matéria de sustentabilidade e formular recomendações para orientar a política da UE, dos seus Estados membros e das colectividades locais. Em 1994 realiza-se a Primeira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, a partir da qual surgiu a "Carta Alborg"⁶², onde se chama atenção para a necessidade de integração dos princípios da sustentabilidade em todas as políticas e para a criação dos planos de Acção Local para a Sustentabilidade (participação no processo da Agenda Local 21). Em 1995, surge o "Guia Europeu de Planeamento para a Agenda Local 21" e em 1996, realiza-se em Lisboa a "Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis" onde, mais uma vez, se faz apelo à aplicação da Agenda 21, com a aprovação da "Carta de Lisboa"⁶³, o título do documento assinado pelos participantes é significativo "Da Carta à Acção", pondo ênfase no desenvolvimento dos princípios estabelecidos.

Em 1996, o Grupo de Peritos, apresentou um importante relatório dedicado ao tema "Cidades Europeias Sustentáveis", onde se propõe quatro princípios essenciais que devem ser usados no estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos em direcção à sustentabilidade, designadamente os princípios da gestão urbana, da integração política, da reflexão ecossistémica e da cooperação e parceria.

Em 1998, a Comissão Europeia apresentou uma nova comunicação ao Conselho e ao Parlamento intitulada "Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: Um Quadro de Acção" e, em finais de 1999, uma proposta de decisão do Parlamento e do Conselho relativa a um "Quadro Comunitário de Cooperação para o Desenvolvimento Urbano Sustentável", destinado às cidades signatárias da "Carta Alborg".

⁶¹ HAUGHTON, Graham; HUNTER, Colin - *Sustainable Cities*. 2nd ed..London: Jessica Kingsley Pub. Regional Studies Association, 1996, p. 27.

⁶² Refira-se que as cidades europeias signatárias desta Carta são 517. As cidades portuguesas incluídas neste número são: Abrantes, Alcobaça, Almada, Amadora, Aveiro, Cascais, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Lisboa, Lousada, Nelas, Oeiras, Santo Tirso e V.N. de Famalicão.

⁶³ Refira-se que em Portugal são muito poucos os municípios que já elaboraram as suas "Agendas Locais 21", as únicas excepções são os municípios com Planos Estratégicos e alguns com Planos Municipais de Ambiente. Ver a este propósito, FARINHA, João - *Agenda Local 21 em Portugal situação e perspectiva*. Aveiro: Actas da 5ª Conferência Nacional sobre Qualidade do Ambiente, Vol. 3, Abril, 1996, p. 2163-2171.

Refira-se, ainda, que o "Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário" (EDEC - CE 1997), define como objectivo geral a necessidade de um "sistema mais equilibrado e policêntrico de cidades e de uma nova relação entre cidades e mundo rural" (Parte III), o qual se desdobra em vários objectivos específicos, destacando-se a necessidade de "cidades dinâmicas, atractivas e competitivas" (III.A.2) e de "um desenvolvimento sustentável das cidades" (III.A.3).

A questão da qualidade do ambiente urbano, tem merecido, também, um interesse crescente por parte da Agência Europeia do Ambiente (AEA), a qual tem realizado vários relatórios sobre o estado do ambiente (AEA 1995; AEA, 1998 e AEA 1999), onde são abordadas as estreitas relações entre ambiente e ordenamento do território e as implicações que estas relações têm ao nível da valorização ambiental das cidades.

No centro dos factores de crise das cidades, encontra-se a progressiva degradação das condições habitacionais, que se traduz numa deterioração da qualidade de vida urbana.

A questão da qualidade da habitação e os problemas a ela associados (consumo de energia e água, poluição do ambiente interior e exterior, desconforto, insalubridade, detritos, descargas, exclusão, violência, problemas de saúde, má qualidade dos espaços públicos, conflito com outros utilizadores do espaço, entre outros), obrigam-nos a reflectir sobre a organização do espaço urbano numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e a colocar os princípios em que este se alicerça no centro das decisões da política habitacional, sendo esta vista não meramente como uma política sectorial, mas sim como parte de uma política integrada de cidade.

No entanto, refira-se que, para se conseguir uma cidade sustentável, é fundamental mudar-se os nossos comportamentos e valores, o que implica uma educação ambiental (aspecto este que os documentos referidos acima realçam como factor imprescindível para se conseguir atingir os objectivos e metas neles definidos), que torne os cidadãos menos consumistas, mais conscientes do seu papel no ecossistema urbano, ou seja, mais solidários e responsáveis para com o bem-comum, ou, como afirma Singh, "o conceito de sustentabilidade é revolucionário, pois requer uma verdadeira transformação social, que tenha a justiça, a equidade, a paz e a protecção ambiental, como valores absolutos"⁶⁴.

Importa agora referir algumas das ideias e até algumas medidas que têm sido apontadas para se atingir uma cidade sustentável, realçando, particularmente, as que consideramos pertinentes para a questão da habitação.

⁶⁴ SINGH, N. - *Economics and Crisis of Ecology*. 3rd ed. London: Oxford Univ. Press/Bellew Publ., 1989, p.224, citado em, HAUGHTON, Graham; HUNTER, Colin - *Sustainable Cities*. p.21.

Quadro 13 - Linhas de Acção Prioritárias Propostas no *Livro Verde sobre Ambiente Urbano*

Áreas de Acção	Objectivos e estratégias de acção
1. Planeamento Urbano	- <u>encorajar uma maior diversidade de usos</u> (utilização mista do espaço) e <u>evitar a expansão urbanística</u> (desenvolvimento mais denso); - <u>recuperação de terrenos urbanos degradados</u> - <u>revitalização das áreas urbanas existentes</u> - <u>concepção urbana</u> (atenção à concepção dos edifícios)
2. Transportes Urbanos	- transportes privados (melhoramento da tecnologia actual, com vista à diminuição dos poluentes, fomentar a utilização de outros tipos de veículos, como a bicicleta e transportes públicos) - <u>planeamento dos arruamentos para utilização pelos peões</u> - <u>melhorar e fomentar a utilização dos transportes públicos</u> - gestão do trânsito - limitações ao estacionamento - imposto sobre utilização de ruas em áreas urbanas
3. Protecção e valorização do património histórico das cidades	- <u>conservação e reabilitação dos edifícios e áreas históricas</u>
4. Protecção e valorização do ambiente natural	- <u>protecção e melhoramento dos espaços abertos e "habitats"</u> - <u>plantação de árvores</u> - <u>criação de parques urbanos</u>
5. Gestão das águas	- tratamento das águas residuais
6. Indústria urbana	- emissão de poluentes e ruído
7. Gestão da energia urbana	- utilização mais eficiente da energia - <u>concepção dos edifícios (edifícios e habitações ecológicas)</u> - <u>normas de isolamento nas construções</u> - <u>melhoramento do isolamento nos actuais edifícios</u> - <u>eficiência das instalações de aquecimento</u> - <u>aquecimento e energia combinados</u> - <u>inspecções dos sistemas de aquecimento dos edifícios</u>
8. Resíduos Urbanos	- planeamento da energia das cidades - gestão dos resíduos (<u>locais de recolha e tratamento</u>) - fomento da reciclagem e reutilização
9. Informação comparativa sobre o estado do ambiente urbano	- criação de sistemas de dados sobre o ambiente
10. Iniciativas de informação	- promover a informação e a participação dos cidadãos nas políticas do ambiente urbano
11. Iniciativas Sociais	- <u>criação de políticas sociais preventivas no contexto de operações de protecção do ambiente físico, que deverão incluir medidas de integração social das populações mais desfavorecidas e programas de emprego, eventualmente associados à reabilitação de bairros sociais</u>
12. Cooperação Inter-Regional	- fomentar o intercâmbio de esquemas de cooperação regional e de desenvolvimento de redes de cidades.

Fonte: Adaptado do *Livro Verde sobre Ambiente Urbano*. Comissão das Comunidades Europeias, 1990, p. 59 - 75

(as acções sublinhadas são as que consideramos com efeitos directos na qualidade da habitação)

Um primeiro aspecto a realçar é que socialmente, os problemas do acesso à qualidade habitacional têm maior impacto nas populações mais marginalizadas da sociedade, pois dadas as condições de funcionamento do mercado, estas apenas podem adquirir habitações em áreas consideradas menos valorizadas em termos ambientais, ou seja, em áreas mais poluídas, mais barulhentas, mais degradadas, sem infra-estruturas, que devido a estes factores desqualificadores são por isso as mais baratas. Os mais ricos, têm uma maior liberdade de escolha, podendo adquirir casas em locais ambientalmente qualificados. Portanto, o acesso à qualidade habitacional não é equitativo, logo, cria desigualdades.

Assim sendo, há que criar condições para um acesso mais equilibrado não só a uma habitação condigna, como também de qualidade, de forma a eliminar-se as assimetrias espaciais de sub equipamento, de segregação, principalmente através da aposta na requalificação dos bairros já existentes, quer também pela reconversão de áreas abandonadas, que poderiam ser convertidas em áreas habitacionais, aproveitando-se da melhor forma os terrenos disponíveis e evitando-se um alastramento da mancha construída para terrenos agrícolas e/ou florestais indispensáveis ao equilíbrio ecológico do espaço urbano.

Em ambos os casos, a atenção principal deverá recair no espaço público, na instalação de equipamentos mais convenientes à população residente, na criação de estruturas locais que permitam não só, a participação dos moradores na gestão e manutenção do espaço habitacional, como até a criação de postos de trabalho⁶⁵, contribuindo assim, para uma promoção habitacional e para uma efectiva melhoria da sua qualidade de vida e promoção pessoal e social.

Outras medidas a considerar prendem-se com a questão das escalas e volumetrias dos edifícios, sendo fundamental ter em atenção a relação entre aquelas e o espaço público. Ainda no que toca à concepção arquitectónica dos edifícios, há que procurar

⁶⁵ Um exemplo deste tipo de intervenção, foi a criação em França, após 1981, do programa "Développement Social des Quartier" a partir do qual se desencadearam várias iniciativas de apoio directo às populações, como foi o caso das "régies" cooperativas de bairro, constituídas por moradores locais desempregados ou inactivos, que se encarregam da manutenção do bairro. Ou ainda, a criação de "viveiros" empresariais locais, englobando actividades como as artesanais, de jardinagem, de segurança (encarregues da segurança dos equipamentos, como por exemplo, escolas), limpeza, reparações, pequenos comércio, entre outras. De salientar ainda, a manutenção e dinamização dos espaços desportivos existentes ou a instalar pelas associações e clubes desportivos locais (várias Câmaras do Grande Porto, têm apostado nesta vertente de dinamização dos bairros). Refira-se ainda, que foi recentemente aprovada, pela Assembleia da República a Lei Quadro que regula a criação de empresas mistas (semelhantes às francesas "Offices HLM") destinadas à gestão e recuperação dos parques habitacionais públicos, onde terão papel preponderante, para além das autarquias, a banca e as Associações do sector imobiliário.

formas de integração, com o tecido já construído, que contribuam para valorizar a imagem existente e a sua identidade histórica, evitando-se, também, os materiais agressivos, como o vidro e as superfícies espelhadas, que criam desconfortos, quer no interior dos edifícios, quer no espaço público envolvente.

Ainda no que toca à construção dos edifícios habitacionais, parece-nos fundamental a aposta na chamada "arquitectura bioclimática"⁶⁶, que consideramos ser um dos maiores desafios da construção, com preocupações de sustentabilidade, atendendo que as energias convencionais são cada vez mais escassas.

Em Portugal, o clima e as horas de Sol anuais, permitem um maior aproveitamento do calor natural, havendo já alguns projectos que começam a obedecer a certos critérios, tendo em atenção a posição e direcção do Sol, nascente e poente e as horas diárias expostas à luz natural. No entanto, a "arquitectura bioclimática" tem também em consideração outros aspectos, como a utilização dos vidros duplos não só como isoladores térmicos, mas também como proporcionadores de um maior conforto acústico e de painéis solares para aquecimento de água e aquecimento central. As dimensões das áreas envidraçadas que devem estar directamente relacionadas com a exposição e os ângulos da luz solar, assim como toda a envolvente (jardins, árvores, edifícios vizinhos) deverão ser levados em conta. Ainda dentro deste capítulo da redução do consumo energético, parece-nos útil sensibilizar as populações para a utilização de contadores bio-horários, bem como, a utilização de outras fontes energéticas como o gás natural e a eólica.

Devem ainda ser criadas normas e regulamentos relativos aos materiais e produtos utilizados na construção, bem como quanto ao isolamento⁶⁷, tendo em conta os estudos que têm sido desenvolvidos no âmbito da poluição interior e exterior. A título de exemplo, refira-se que, segundo a "United Nation Urban Agglomeration Chart de 1990", as residências aparecem como a 3ª fonte de poluição atmosférica de algumas das maiores cidades: como Paris (20%), Atenas (10%), Berlim (15%) e Londres (85%)⁶⁸.

A degradação dos edifícios habitacionais e as más condições de salubridade e higiene são aspectos, sem dúvida, preocupantes nos dias de hoje em muitas áreas da cidade - como por exemplo, nas *ilhas*, nos bairros de barracas que ainda existem, nas

⁶⁶ Medida preconizada no Livro Verde do Ambiente Urbano. Este tipo de arquitectura foi utilizada, por exemplo, em alguns dos edifícios habitacionais construídos na área da EXPO 98, como é o caso das torres *Millennium*, em cujos projectos foram aplicados princípios da arquitectura solar passiva, reduzindo o consumo energético convencional em cerca de 80%.

⁶⁷ Vários Estados Membros estão a encorajar o investimento neste domínio, através de incentivos financeiros e fiscais.

⁶⁸ Referido em DIAS, Maria Armanda B., op. cit., quadro 3, p. 46.

áreas residenciais mais antigas, apesar do esforço que tem sido desenvolvido pelas autarquias e governo para a sua erradicação e recuperação.

Quer as *ilhas*, quer as casas mais antigas, sobretudo as que se encontram arrendadas, não oferecem o mínimo de condições de habitabilidade, encontrando-se algumas em situação de ruína eminente. Não dispõem, por vezes, de instalações sanitárias, nem abastecimento de água, nem esgotos. Para além disso, não possuem um adequado arejamento, nem luminosidade, devido à falta de janelas ou ao seu pequeno tamanho, faltando também um adequado isolamento acústico e térmico, devido ao material barato utilizado na sua construção e inexistência de obras de manutenção, dadas as baixas rendas praticadas.

São várias as artérias da cidade onde se sucedem vários prédios abandonados, quais barcos naufragados, em ruínas à vários anos, com portas e janelas arrombadas, sacadas e varandas destruídas, telhados esburacados, onde por vezes se abrigam à noite, populações marginais, como os sem abrigo e os toxicodependentes, conferindo uma imagem desagradável e desoladora, àqueles que por elas circulam.

Tal como refere a Associação dos Arquitectos Portugueses, "recuperar centros tradicionais ou históricos, dotados de infra-estruturas e equipamentos, com grande número de habitações degradadas... será por certo um programa de muito maior utilidade e eficácia social que continuar a expandir periferias sem carácter, para habitantes desenraizados da cidade que deviam integrar"⁶⁹.

Aliada ainda à questão da sustentabilidade urbana, encontra-se a falta de espaços ao ar livre, principalmente de espaços verdes, que constituem espaços para o recreio e lazer tão necessários ao equilíbrio físico e psicológico do cidadão de hoje, através do sossego e da contemplação da natureza. Quando estes existem, encontram-se muitas vezes mal cuidados, em parte devido ao facto da população não estar adequadamente educada para a sua preservação e manutenção.

As autarquias têm vindo a desenvolver esforços no sentido de procurar melhorar esta imagem⁷⁰, investindo no ajardinamento dos espaços envolventes aos bairros sociais e na construção de espaços verdes urbanos, jardins públicos, parques urbanos, parques infantis, entre outros, bem como em equipamentos para a prática de desporto (como gimnodesportivos, piscinas municipais, campos de jogos, etc.) e culturais (museus, parques arqueológicos, teatros, exposições, etc.).

⁶⁹ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Livro Branco da Arquitectura e do Ambiente Urbano em Portugal*. Lisboa, Abril de 1996, p.32.

⁷⁰ De acordo com o Concelho da Europa, o ideal numa cidade é a existência de quatro metros quadrados de superfície por habitante, repartidos pelas tipologias consideradas como equipamentos de base, sendo reservados 96% dessa área para actividades desportivas ao ar livre, 2,5 % para salas de desporto e pavilhões e 1,5 % para piscinas ao ar livre e cobertas.

Contudo, à que pensar na forma de os gerir, principalmente os de bairro, envolvendo as populações locais, através da criação de comissões de bairros ou das colectividades locais, como os clubes e associações como, aliás, tem sido implementado em vários países europeus.

Saliente-se, ainda, que muitos bairros novos periféricos apesar de oferecerem condições de alojamento razoáveis, propiciam uma baixa qualidade de vida. A imaginação dos promotores e a especulação levaram à construção de alguns conjuntos desarticulados e sem qualidade, onde existe uma anulação completa dos elementos tradicionais da estrutura urbana.

O conceito de sustentabilidade, como foi descrito no "Brundtland Report - Our Common Future", transposto para o vértice da habitação, implica que as respostas que forem dadas hoje, para resolver os problemas habitacionais das nossas cidades, não podem comprometer o futuro, sobretudo a ocupação desregrada do solo com construções sem a mínima qualidade e onde o espaço público é totalmente desprezado.

Em Portugal, o processo de urbanização ocorrido durante o período de maior crescimento, não foi acompanhado de políticas de planeamento eficazes que controlassem o crescimento urbano.

Assistiu-se, assim, a um crescimento não planeado, ao sabor do mercado e da livre iniciativa, com índices de edificação excessivos, sem contemplar as áreas necessárias às adequadas infra-estruturas, equipamentos colectivos e espaços públicos.

Nos finais dos anos 60, o aumento do nível de vida e os problemas de habitação existentes, permitiram o aparecimento do mercado ilegal, que provocou uma desqualificação do tecido urbano e uma sobrecarga no uso das infra-estruturas pré-existentes.

A ocupação urbana fez-se, assim, na maior parte dos casos, em espaços fragmentados e desarticulados, onde o espaço público não existe ou quando existe aparece como residual da edificação, sem identidade nem estrutura, em puro abandono, sem condições para suportar funções inerentes a uma vida urbana de qualidade.

O esforço de planeamento que tem vindo a ser desenvolvido a nível municipal, particularmente através dos Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor e, mais recentemente, com os Planos Estratégicos e Planos Municipais de Ambiente, tem procurado alterar alguns destes problemas. Assiste-se, assim, a uma requalificação quer das áreas mais centrais, quer das periféricas, através de medidas e projectos, que contemplam, não só, novos modelos de habitação social, como também o espaço público, as infra-estruturas, os transportes, os equipamentos públicos, a poluição ambiental, os resíduos, em suma, uma maior integração das franjas de população e dos espaços marginalizados no projecto global do espaço urbano.

Entre os programas e iniciativas existentes em Portugal para melhorar a qualidade da habitação e do ambiente urbano, alguns deles com apoio da U.E., destacam-se:

- O movimento cooperativo, que tem proporcionado o acesso a alojamentos de qualidade às populações de rendimentos médios;

- As operações integradas de recuperação/reabilitação, que visam a recuperação dos centros históricos e apoio às populações mais carenciadas que vivem nestas áreas, como por exemplo a Operação Ribeira - Barredo, no centro histórico da cidade do Porto;

- O RECRIA, para apoiar os proprietários e as autarquias na recuperação de imóveis degradados;

- O REHABITA - Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, apenas aplicável aos núcleos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística;

- O RECRIPH - Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal;

- O PER - Programa Especial de Realojamento para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com participação das autarquias e governo, que visa a erradicação dos bairros de barracas, das áreas de *ilhas* e outros casos de habitação degradada, e o realojamento destas famílias em alojamentos condignos, sejam bairros sociais ou outras soluções como, por exemplo, a compra de alojamentos usados ou novos pelas Câmaras Municipais;

- O PCHE - Programa de Construção de Habitações Económicas, visando o financiamento à construção de habitações de custos controlados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), lançado em 1988, substituindo o PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados), destinado a apoiar operações de reabilitação ou renovação urbana, com comparticipações a fundo perdido da ex- DGOT (Direção Geral de Ordenamento do Território);

- O URBAN - Programa Europeu para as Áreas Urbanas, cujo objectivo é a reabilitação e revitalização urbana de áreas degradadas do ponto de vista social e económico, por forma a promover a melhoria das condições de vida da população. No Grande Porto foram aprovados dois projectos deste tipo - o Urban do Vale de Campanhã, no concelho do Porto e o Urban de S. Pedro da Cova, no concelho de Gondomar.

- Projectos de apoio às populações em risco - jovens, idosos, crianças, população feminina desempregada, jovens desempregados dos bairros sociais e áreas mais antigas, promovidos pelas Câmaras em conjunto com os Comissariados de Luta Contra a Pobreza e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

- o PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio), que permite a melhoria da qualidade do ambiente urbano, melhorando sobretudo o conforto do consumidor através da criação de vias pedonais, com espaços dedicados ao descanso e

ajardinamentos, alargamento de passeios e criação de estacionamento automóvel, revalorizando a sociabilidade ao permitir o redescobrir da relação passeio-montra-compra.

- Recuperação de imóveis arquitectónicos com significado simbólico-emblemático na paisagem da cidade, que constituem elementos fundamentais do património das cidades, como uma das referências máximas na identificação das pessoas com o território que habitam e/ou que visitam.

- Programa de Reabilitação Urbana, tem como objectivo principal apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas degradadas, sendo complementar da iniciativa comunitária URBAN;

- Intervenção Operacional "Renovação Urbana", que teve início em 1995, prolongando-se até 1999, no âmbito do IIº Quadro Comunitário de Apoio, que inclui as medidas relativas à renovação das zonas ocupadas com barracas, à reabilitação de zonas degradadas e à Expo 98.

- O Programa Polis (Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades), criado em Maio de 2000, pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, a aplicar em 18 cidades, até 2006, entre estas, destacam-se na nossa área de estudo, o Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Este programa é financiado em parte, pelo IIIº Quadro Comunitário de Apoio, tendo como objectivo principal melhorar a qualidade de vida nas cidades, através da intervenção na vertente urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade dos pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O programa inclui 4 componentes: requalificação urbana e ambiental; intervenções nas cidades património mundial; valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento (bairros sociais de Lisboa e Porto) e medidas complementares para melhorar condições urbanísticas e ambientais das cidades, como redução do tráfego, recolha selectiva de lixos, educação ambiental e instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental, entre outras.

Contudo, apesar dos esforços já desencadeados e em curso, pensamos que ainda há muitos desafios que as autarquias terão de fazer face para realizar um desenvolvimento sustentável, o que implica, uma aplicação dos princípios da sustentabilidade em todas as vertentes do planeamento e gestão urbana (a ambiental, a económica e a sociocultural).

Finalmente, todos nós enquanto cidadãos, consumidores, técnicos ou empresários, também temos responsabilidades na construção de uma cidade sustentável, o que implica, não só, uma maior participação na construção dos projectos para a cidade (através, por exemplo, de formas de parceria), como também uma alteração de comportamentos, consumos e atitudes, que sejam mais solidárias para com o ambiente urbano.

